



**Relatório de Auditoria Operacional processo TCE  
06265/2018-7 - fls. 80 a 94)**

**MUNICÍPIO DE CAMOCIM**

8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Próprio]	Não
8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Terceirizado]	Sim
8.1 Existe em contrato previsão para acesso e disponibilização do banco de dados para o município-	Sim
9. O sistema de arrecadação é integrado-	Sim
10. Há backups periódicos do banco de dados do sistema de arrecadação-	Sim
11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária-	Não
11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária- - comment	A estrutura organizacional da Adm. Tributária, está prevista dentro da Gestão Administrativa.
12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos existentes:]	8
12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos preenchidos:]	8
13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária-	Não
13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária- - comment	
14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária-	Sim
14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária- - comment	A Lei de Gratificação por Produtividade.
15. Existe plano de capacitação para os integrantes da administração tributária-	Sim
16. A legislação tributária consolidada está atualizada nos termos do art. 212 do Código Tributário Nacional-	Sim
17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line-	Sim
17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line- - comment	A consulta poderá ser realizada no próprio site do TCE/CE, lá está disponível o CTM.
18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS-	Não
18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS- - comment	

19. A normatização municipal do Imposto sobre Serviço (ISS) está compatível com a Lei Complementar Federal 116/2003-	Sim
20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município-	Não
20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município- - comment	As alíquotas estão entre 2% a 5 %, dependendo do serviço conforme a o CTM, LEI COMPLEMENTAR Nº 001/06 DE 13 de Fevereiro de 2006. ANEXO II - LISTA DE SERVIÇOS E TABELA PARA COBRANÇA DO ISS.
21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line-	Sim
21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line- - comment	A consulta poderá ser realizada no próprio site do TCE/CE, lá está disponível o Código Tributário Municipal.
22. Existe rotina de trabalho aplicada à fiscalização de contribuintes com atividades diversas que compartilham o mesmo endereço cadastral-	Não
23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa-	Sim
23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa- - comment	Quando necessário, se faz o lançamento por arbitramento ou estimativa, em razão da natureza daquela atividade ou qualquer outro motivo, que dificulte a cobrança real do ISS.
24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura-	Sim
24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura- - comment	
25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro-	Sim
25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro- - comment	Referente aos 3 bancos : BB, CEF e BRADESCO R\$ 29.281,74 *MÉDIA
26. Quais as atividades econômicas são responsáveis pelas maiores arrecadações com ISS-	Eólica *MÉDIA R\$ 4.653,19 Const.Civil
27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos-	Não

<p>27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos- - comment</p>	<p>O controle e cobrança da CIP é realizado pela empresa Enel de acordo com termo ajustado entre o município e a referida empresa, sendo que todo o valor arrecadado é devidamente transferido para o município dentro do próprio mês, como também relatórios detalhados sobre valores arrecadados e dados pormenorizados sobre consumo, o controle dos contribuintes também é feito pela empresa Enel tendo em vista que as tarifas são cobradas nas contas mensais sobre consumo de energia elétrica, sendo também remetido ao município todos os dados relativos à cobrança e cadastro de contribuinte, vale ressaltar que as tarifas são cobradas por empresa privada, porém são fundamentadas em lei municipal.</p>
<p>28. No município há a cobrança do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)-</p>	<p>Não</p>
<p>Qual o motivo da não cobrança do ITR-</p>	<p>O ITR é de competência da União,mas de acordo com a Constituição Federal, 50% da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR cabe aos municípios. Porém, aqueles municípios que optam pela fiscalização e cobrança do imposto podem ficar com a totalidade do produto de sua arrecadação. De tal modo, que não cabe a este Município de fiscalizar, lançar e cobrar o ITR , ao não ser que fosse delegada pela União ao município por meio de convênios.</p>
<p>29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line-</p>	<p>Sim</p>
<p>29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line- - comment</p>	<p>A LEI COMPLEMENTAR Nº 001/06 DE 13 de Fevereiro de 2006, o CTM, poderá ser consultado no próprio site do TCE/CE.</p>
<p>30. Há legislação que institui o Plano Diretor-</p>	<p>Sim</p>

30.1. As revisões estão ocorrendo no prazo legal-	Sim
31. Há Planta Genérica de Valores em vigor e instituída por lei-	Sim
31.1. A Planta Genérica de Valores foi revisada no prazo recomendado-	Sim
32. O município adota alíquotas progressivas de IPTU-	Não
33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município-	Sim
33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município- - comment	Está previsto no CTM, que os Cartórios forneçam todos os registros referente as transações imobiliárias ao fisco municipal.
34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário-	Outros
34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário- [Outros]	Quando se fizer necessário, conforme as exigências legais previstas
35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line-	Sim
35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line- - comment	A LEI COMPLEMENTAR Nº 001/06 DE 13 de Fevereiro de 2006, o CTM, poderá ser consultado no próprio site do TCE/CE.
36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial-	Sim
36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial- - comment	Temos um servidor responsável somente pela DA, tributária e não tributária, além dos outros servidores que são responsáveis pelas outras medidas administrativas para a satisfação do crédito. Contamos também com uma Procuradoria Fiscal, responsável
37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita-	Sim
37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita- - comment	De promover a cobrança extrajudicial e judicial da dívida ativa do Município, cobrança judicial e extrajudicial e demais créditos do Município.
38. A administração atualiza os dados cadastrais dos contribuintes devedores com as informações colhidas nos processos de execução fiscal-	Sim
39. A procuradoria adota procedimentos de qualificação e agrupamento das execuções fiscais a serem propostas-	Sim
40. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado de prazos processuais-	Não

41. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado dos parcelamentos concedidos no curso de execuções fiscal-	Sim
42. Existe implementada, no município, cobrança administrativa dos créditos tributários inadimplidos, definida como aquela em que ocorre, no mínimo, o envio periódico de notificações aos devedores-	Não
43. O município produz relatórios gerenciais periódicos, comprovando os resultados da cobrança administrativa realizada-	Sim
44. A administração inscreve em dívida ativa os créditos inadimplidos de todas as espécies tributárias-	Sim
45. A inscrição em dívida ativa é realizada automaticamente pelo sistema informatizado-	Sim